

COM MVNI CARE

REVISTA DE COMUNICAÇÃO



1993

ÍNDICE

Instruções aos Autores	4
Editorial	5
— Comunicação, uma série de ideias feitas e outras para refazer Adriana Baptista	7
— Linguagem e Comunicação Fátima Sequeira	19
— Comunicação na Escola Maria Luísa M. Santos	29
— Educação Bilingue, uma hipótese para a comunidade surda António Vieira Ferreira	35
— A Importância das Atitudes do Meio Familiar no Desenvolvimento Harmonioso da Comunicação e da Linguagem da Criança com Deficiência Auditiva Sylviane Rigolet Neves e Isabel Monteiro	39
— Relação Escolas-Famílias de Baixos Recursos Maria Teresa Gonçalves	55
— Evolução de Alguns Aspectos da Produção Linguística Oral em Crianças Portuguesas dos 2 aos 10 anos de Idade Sylviane Rigolet Neves e Orlanda Rodrigues da Cruz	63
— O Prazer de Comunicar Ana Maria Bertão da Silva Neto	79
Resumos/Résumés/Abstracts	85

COMUNICAÇÃO, UMA SÉRIE DE IDEIAS FEITAS E OUTRAS PARA REFAZER

Adriana Baptista

Escola Superior de Educação
do Instituto Politécnico do Porto

Escrever sobre a comunicação humana é impor-se uma tarefa que ultrapassa a vontade de transmitir informações. É, em última análise, correr o risco de introduzir a ruptura no complexo sistema das intenções comunicativas.

Qualquer reflexão sobre a comunicação, ao ser comunicada, tende a perder-se num discurso sobre si mesma permitindo, quase sempre, a desconstrução através das próprias asserções que evidencia. Se o fazemos usando a escrita (e os códigos de que dispomos para num registo escrito traduzirmos uma qualquer mensagem são já muito limitados relativamente aos que a comunicação oral nos possibilita combinar) usando-a para verter uma estrutura de pensamento que se caracteriza por um movimento de si para si, pode-se acabar evidenciando apenas a intenção de comunicar a própria reflexão. O que, no caso de uma reflexão sobre a comunicação, parece francamente pouco. Desconhecedores em absoluto de fronteiras que facultem a medição rigorosa das diferenças entre a informação contida na intenção comunicativa e a informação real transmitida congratulamo-nos com impor, pelo menos, à presente reflexão um movimento intencional de exteriorização.

E, este movimento de exteriorização está indubitavelmente sempre presente em qualquer acto comunicativo. Mais do que a já muito discutida atitude de «pôr em comum», que o próprio radical da palavra comunicar despididamente exhibe, a atitude voluntária de «pôr cá de fora» parece-nos anterior e recheada de significados. Comunicar torna-se, pois, em primeiro lugar, uma atitude de exteriorização do pensamento, usando ou construindo códigos e canais até que tal seja possível. A todo e qualquer acto comunicativo podemos, então, associar a característica da exterioridade. Esta é, porém, uma exterioridade algo peculiar dado que na linguagem humana a produção, marcada como vimos pela exterioridade, nunca cinde completamente com o pensamento a que se agarra num processo interdependente tornando possível quer seja dizer o que se pensa quer seja pensar o que se diz numa construção infinita de mundos possíveis.

Para comunicar é, pois, preciso ultrapassar o universo exclusivamente mental que nos permite pensar, é preciso materializar as ideias e tornar visíveis, audíveis e palpáveis as imagens mentais com que lidamos. E se sabemos que o pensamento utiliza como estruturas funcionais relações semânticas e mesmo fonológicas (lidamos com imagens mentais acústicas entre outras e ouvimo-nos enquanto pensamos), também sabemos que a linguagem verbal, um dos sistemas que usamos para comunicar, espartilhada na sua estrutura linear necessita de regras arbitrárias de construção sintáctica que assegurem uma codificação diferente da do pensamento. I. e., que lhe possibilitem a sequencialidade que a produção observa e de que a percepção necessita, num processo onde a ordem se torna reveladora de sentidos.

O pensamento usa, para se organizar, estruturas menos rígidas e aparentemente mais globais: interrompemos sequências de ideias, elidimos passos em certos raciocínios, justapomos acontecimentos, alteramos a sua ordem natural, descobrimos associações lógico-semânticas através de processos que escapam, por vezes, de tal modo a uma estrutura sequencial que, quando por algum motivo necessitamos de os materializar no discurso, temos frequentemente sérias dificuldades na sua estruturação. Na linguagem verbal, a produção oral espontânea deixa, frequentemente, entrever alguns atentados contra a ordem. Estes não são, porém, apresentados como resultado final mas como sintoma de pesquisa lexical e/ou busca de uma construção sintáctica mais adequada aos objectivos enunciativos.

O pensamento não é pois, obrigatoriamente, uma espécie de discurso interior. As diversas formas de representação (motoras, auditivas, proposicionais, visuais, prototípicas, etc.) presentes nas representações mentais que estruturam a nossa forma de pensar colocam em jogo características linguísticas e não linguísticas. Vygotsky (1962, 149-50) equacionava assim essa diferença: «The flow of thought is not accompanied by a simultaneous unfolding of speech. The two processes are not identical, and there is no rigid correspondence between the units of thought and speech. This is especially obvious when a thought process miscarries — when, as Dostoevski puts it, a thought "will not enter words". Thought has its own structure, and the transition from it to speech is no easy matter... Thought, unlike speech, does not consist of separate units. When I wish to communicate the thought that today I saw a barefoot boy in a blue shirt running down the street, I do not see every item separately... I conceive of all this in one thought, but I put it into separate words. A speaker often takes several minutes to disclose one thought. In his mind the whole thought is present at once, but in speech it has to be developed successively. A thought may be compared to a cloud shedding a shower of words.»

Ora, comunicar é transformar o pensamento em acção, numa forma específica de acção. E essa acção torna a linguagem exterior àquele que pensa e perceptível através de canais físicos do seu ou de outros organismos. Comunicar é, pois, antes de «pôr em comum», **exteriorizar** para poder captar num outro movimento, o da percepção, o que já se conhecia, sob outra forma, e que jamais será o mesmo. Comunicar é aceitar uma perda em função de uma nova aquisição que dotará a matéria do nosso pensamento de uma roupagem diferente, de cuja materialidade dificilmente nos conseguiremos, então, afastar e que poderemos até ver como um ganho real.

Depois, comunicar é correlacionar essa materialização de mundos interiores possíveis com a sua inteligibilidade. Neste movimento de exteriorização e materialização a linguagem, qualquer linguagem, necessita de se tornar convincente. Mas só quando é posta em comum, só quando se torna num objecto preensível é que a linguagem é passível de uma descodificação para a qual é necessária a confrontação com o plausível. De novo, com aquilo que conseguimos pensar, agora num movimento inverso, um movimento de interiorização. Movimento tão forte que, não raro, não ouvimos o que não nos permitimos pensar. Aqui, de novo, pensamento e acção articulados num movimento de interdependência.

O fenómeno da comunicação humana captou desde sempre a atenção do homem, curioso na análise do acto que acima de tudo lhe permitia sobreviver. Consciente das múltiplas características da linguagem humana, cedo se apercebeu que o processo da comunicação a excedia na medida em que dela se servia com fins específicos.

Há cerca de meio século, temos vindo a assistir ao desenvolvimento de uma ciência das comunicações que, diversificando as suas atenções por campos bem distintos da actividade humana, tem favorecido (com todos os prejuízos e benefícios) uma interpenetração de quadros conceptuais adstritos quer a áreas das ciência exactas e da tecnologia quer das ciências humanas.

É difícil, senão impossível, não referir a importância das reflexões sobre técnicas de comunicação que vários autores, entre os quais podemos referir o matemático Shannon (1949), evidenciaram aquando da construção das teorias da informação que a engenharia das telecomunicações favoreceu. Preocupados com a construção de um sistema que optimizasse a transmissão de determinadas mensagens estes investigadores esforçaram-se por decompor todos os passos de um percurso, definindo e caracterizando todos os seus elementos. Os primeiros esquemas da comunicação de que dispomos são, pois, prova destas preocupações e evidenciam francamente a descoberta da importância da construção de um código produtivo e de um canal eficaz. Os conceitos de Emissor e Receptor que vemos fazer parte de todos os esquemas da comunicação propostos por estes investigadores e que rapidamente se vulgarizam reportam-se, não o podemos esquecer, a objectos físicos que se entrepõem entre a fonte de informação e o destinatário e que favorecem ou dificultam a transmissão do sinal que codifica a mensagem.

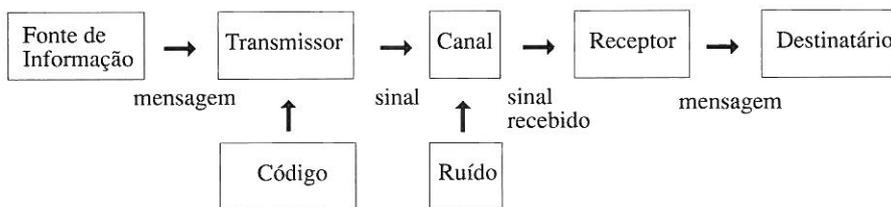


Figura 1. Esquema canónico da comunicação

Neste quadro teórico o conceito de mensagem não era passível de análise ou divagação linguística. Ela era apenas algo que precisava de ser traduzido através de um código que

puдesse ser transmitido e que possibilitasse, depois, a confirmação da sua recepção. Ela não era o discurso mas o assunto de que se falava.

A verdadeira preocupação destes autores era a minimização do ruído esse sim, um factor perturbador de todo o sistema comunicativo com graves consequências em termos de perda de informação.

A informação surgia-nos, então, como um valor matemático cuja exactidão podia ser confirmada através de processos de *feed-back*. Esta informação que os cientistas se empenham em medir em *bits* (*binary digits*) é também uma medida da imprevisibilidade e do efeito de surpresa que uma linguagem pode conter. Ou seja, o seu valor obter-se-á através da relação inversa entre a probabilidade dos sinais e a informação transmitida. A quantificação deste valor será possível calculando o número de questões binárias necessárias para eliminar a ambiguidade numa mensagem.

Um modelo teórico de um esquema da comunicação que evidenciasse uma certa preocupação com este tipo de cálculo teria obrigatoriamente de referir a importância do canal na transmissão da mensagem. Este caracterizar-se-ia pela sua capacidade, a qual poderia ser medida em *bits* por unidade de tempo. Uma transmissão sem ruído seria uma transmissão óptima onde o débito da informação seria igual à capacidade do canal.

Estamos obviamente num domínio muito técnico que só com algum esforço conseguimos passar para o campo da linguagem verbal.

É de referir, porém, que relativamente pouco tempo após a divulgação destas investigações no âmbito da Teoria da Informação, trabalhos de pesquisa linguística em análise composicional utilizaram alguns conceitos por ela referidos, ainda que com objectivos muito definidos, nomeadamente, no caso de análises de significado de certos lexemas pertencentes a um mesmo campo semântico. Pretendeu-se, em muitos casos, elaborar pesquisas não sobre unidades mínimas de informação que serviriam para medir a probabilidade de ocorrência de certos signos num determinado discurso, mas sobre unidades mínimas de significação que serviriam para medir a construção semântica de um signo a partir dessas mesmas unidades mínimas (cf. a título de exemplo POTTIER, 1964).

Por outro lado, assiste-se a um movimento muito rápido de vulgarização de designações como emissor, receptor, código e canal. Vários linguistas manifestaram, porém, sérias apreensões quanto à circulação e apropriação do valor da maioria dos conceitos difundidos pela Teoria da Informação.

Veja-se o que diz Georges Mounin (1975, 35-38). «La théorie de l'information a bénéficié d'une diffusion et d'une faveur immédiates, sa terminologie propre est passée rapidement dans la langue courante de maintes autres disciplines, et même dans celle, déjà, de la grande vulgarisation. Elle y a perdu ou risque d'y perdre à chaque instant sa spécificité, ses fonctions conceptuelles exactes, pour imprégner le vocabulaire courant de valeurs approximatives, métaphoriques ou symboliques (au sens que la psychanalyse donne à ce mot) don't il n'est pas sur au départ qu'elles conservent la qualité proprement opératoire que possèdent les termes dans la théorie elle-même.»

Deste modo, a utilização do conceito de código como sinónimo de sistema e mesmo de linguagem, cedo se revelou como uma assimilação perigosa. Moreau (1963, 65) explicita: «Pour transmettre de l'information par l'intermédiaire d'un canal de liaison, il est nécessaire de la coder, c'est à dire d'établir une correspondance entre les concepts à communiquer et les éléments physiques capables d'emprunter le canal. C'est ainsi que dans le code Morse télégraphique, les éléments physiques sont constitués par le passage d'un courant, dans le langage parlé par les vibrations de l'air, dans le français écrit par les graphèmes. [...] Certes le langage n'est pas seulement code. Il est infiniment plus et ce serait une grave erreur de ne le considérer que sous un aspect exclusivement codique, mais principal moyen de communication utilisé par les hommes pour communiquer leurs pensées, il ne peut pas ne en avoir de nombreuses caractéristiques.»

Sobre o mesmo tema vejamos, ainda, as considerações de Frédérique François (1968, 11) sobre a diferença entre língua e código. «Si des traits communs tels que "valoir pour autre chose" ou "être composés d'unités combinables" permettent de rapprocher langues naturelles et codes de transmission, une différence s'impose: c'est justement parce qu'il existe une langue naturelle que, dans l'étude des codes artificielles, les termes de codage et de decodage prennent un sens précis: il s'agit de transformer, pour pouvoir les transmettre mieux (plus vite, plus loin, avec plus de sécurité, etc.), des messages déjà structurées dans une langue, puis de les retransformer afin de les rendre intelligibles à la réception. Au contraire, la langue peut nous servir à nous renseigner directement sur la réalité extra-linguistique (le référent): si l'on parle alors de codage il faudra se souvenir que c'est dans un sens large, tout à fait différent du premier. Il ne s'agit plus en effet de passer d'un message à un autre, mais d'une expérience globale à un message.»

Torna-se visível através de todas estas reflexões que língua e código são, pois, sistemas de convenções diferentes. Qualquer código se pode definir basicamente como um sistema de equivalências, a língua afigura-se como um processo de equivalências lexicais e regras morfo-sintáticas e fonológicas capazes de transformar as nossas representações mentais em palavras articuladas. Mas, enquanto as convenções de um código são explícitas as da língua são implícitas e instituem-se espontaneamente e através de convenções que o falante define durante o processo de comunicação e das suas próprias convenções culturais. Pierre Guiraud (1963, 38) diz-nos: «L'homme a crée un code en vue de la communication alors que c'est dans la communication elle-même que se crée la langue. C'est pourquoi le code est clos et figé, il ne se transforme qu'en vertu d'un accord explicite des usagers, alors que la langue est ouverte, et remise en question dans chaque nouvelle parole.»

Este permanente questionar da língua em cada processo comunicativo conta com mais do que acordos tácitos implícitos realizados na própria interação comunicativa. Conta com a própria dependência que a língua institui com todos os outros processos comunicativos concorrentes para a transmissão de uma mensagem e que ajudam, sem dúvida ao esclarecimento de certas ambiguidades geradas pelas convenções espontâneas que a comunicação permite, de que usa e abusa.

Ora, a Escola Linguística de Praga vê surgir nos inícios dos anos sessenta com Roman Jakobson um esquema funcionalista da comunicação linguística que evidenciava fortemente o contributo das teorias da informação e comunicação dos anos quarenta. Este esquema alcançou uma enorme divulgação. Apresentava uma estrutura bipolar, de um lado o *emissor* e do outro o *receptor*, e indicava que o contacto entre eles se estabelecia através do contexto, do código, do canal e da mensagem. Nas suas próprias palavras todo o acto de comunicação ficava assim estruturado: «Le destinataire envoie un message au destinataire. Pour être opérant, le message requiert d'abord un contexte auquel il renvoie (c'est ce que dans une terminologie un peu ambiguë, on appelle "le référent"), contexte saisissable par le destinataire, et qui est, soit verbale, soit susceptible d'être verbalisé; ensuite, le message requiert un code, commun, en tout au moins en partie, au destinataire et au destinataire (ou, en d'autres termes, à l'encodeur et au décodeur du message); enfin, le message requiert un contact, un canal physique et une connexion psychologique entre le destinataire et le destinataire, contact qui leur permet d'établir et de maintenir la communication» (JAKOBSON, 1963, 213-4).

Neste esquema sobressaem, por um lado, os já referidos dois pólos da comunicação e por outro, o conceito de mensagem o qual, apesar de não ser explicitado, se apresenta como comandando todo o processo. É ele que nos é apresentado como reclamando a presença dos outros elementos do esquema.

A cada um dos elementos deste esquema da comunicação faz Jakobson corresponder uma função da linguagem, apresentando assim seis funções como passíveis de estarem presentes, simultaneamente ou não, em todo e qualquer acto comunicativo. Excluindo a possibilidade de uma comunicação monofuncional, defende a possibilidade de preponderância de uma delas, pelo menos. Não é difícil estabelecer entre este esquema e o de Karl Bühler (1934) grandes afinidades. Bühler, na tradição platonista, distinguira três pessoas na interacção comunicativa. O locutor, o destinador, restante realidade que não é nem um nem o outro: um *eu*, um *tu*, um *ele*, sendo o *ele* aquilo de que o *eu* e o *tu* falam, aquilo de que se fala. A estas três pessoas fizera corresponder também três funções; respectivamente, a função expressiva, a função apelativa e a função representativa.

Não é descabido referir, aqui, ainda que de modo muito superficial, que a temática da divisão da linguagem humana em categorias funcionais havia sido abordada por outros autores, nomeadamente Malinowski (1923) que, preocupado mais intensamente com questões de antropologia cultural, fizera, já, uma sistematização das várias funções existentes na comunicação humana, funções que estruturara segundo dois grandes eixos: o pragmático, que dividira em narrativo e activo, e o mágico.

Halliday (1985, 15), numa obra onde aborda o problema da comunicação, não em termos das suas funções ou usos mas dos seus significados ou intenções, e onde enuncia uma nova concepção das funções da linguagem humana fazendo depender a variação funcional da própria organização da linguagem e do seu sistema semântico e não exclusivamente do uso, (o que não cabe aqui desenvolver) interroga-se sobre o valor habitualmente dado ao termo função e acaba por o definir dizendo: «...when we talk about functions of language, we may mean no more than the way people use their language, or their languages if they have more

than one. Stated in the most general terms, people do different things with their language: that is, they expect to achieve by talking and writing, and by listening and reading, a large number of different aims and different purposes.»

As seis funções propostas por Jakobson (1963), emotiva, referencial, apelativa⁽¹⁾, poética, fática e metalinguística, apesar de complexificarem o esquema funcional da comunicação não eliminaram uma tripartição já existente em Bühler e que também vamos poder constatar noutros autores como Britton (1970) ou Morris (1967). O primeiro elabora uma tripartição definindo a função transaccional, a expressiva e a poética, mas divide função transaccional em informativa e conativa, e o segundo justifica uma divisão em quatro, informativa, de tratamento (*grooming*), expressiva (*mood*) e exploratória. Ambos acabam, do mesmo modo que Bühler e Jakobson, por constatar, como aliás assinala Halliday (1985, 16), a existência de três usos distintos da linguagem: falar acerca de coisas (informativa, narrativa representacional), interligação e expressão do *eu* e do *tu* (expressiva, conativa, activa) e funções imaginativas ou estéticas. Num esquema anterior (1975) que não pretendia ser de modo nenhum exaustivo, também Halliday opusera sete funções: a instrumental, a reguladora, a interactiva, pessoal, a heurística, a imaginativa e a informativa, mantendo distintas as três básicas de que atrás falámos.

Esta brevíssima incursão pelos diferentes quadros conceptuais de teorias das funções comunicativas não tem outro objectivo senão o de tornar patente a importância dada desde sempre à interacção em qualquer situação comunicativa, num processo que nem sempre separa o *eu* do *tu*, antes os apresenta como imprescindíveis, construindo a função a propósito da relação que os dois estabelecem. Os usos interactivos na comunicação humana abrangem, assim, o **controlo sobre outro**, a **manutenção da relação** e a **expressão do eu** (cf. HALLIDAY, 1985, 17) e foram sendo, como vimos, referidos por todos os autores que sistematizaram as diferentes funções da comunicação.

Se remontarmos a Bakhtine (1929) numa obra marcada pelas teorias marxistas e pela concepção da linguagem humana como facto social, poderemos ver, também, a força de algumas afirmações deste tipo: «Aucun énoncé en générale ne peut être attribué au seul locuteur: il est le produit de l'interaction des locuteurs et, plus largement, le produit de toute cette situation complexe dans laquelle il a surgi. [...] La part verbale dans l'homme [...] appartient, non pas à l'individu, mais à son groupe social (à son environnement social)», ou ainda: «toute communication verbale, toute interaction verbale se déroule sous la forme d'un échange d'énoncés, c'est à dire sous la forme d'un dialogue.»

Ora, voltando ao esquema de Jakobson e apesar de sentirmos a função apelativa (conativa) fortemente dirigida para o receptor, numa atitude relacional, não podemos deixar de referir que esta designação (que as traduções francesas vulgarizaram como destinatário), nos apresenta um *tu* demasiado passivo. Esta concepção bipolar, apresentando um emissor e um receptor (activo vs. passivo), com funções tão definidas não parece sequer, poder ser já defensável. No momento em que a comunicação humana não mais pode ser analisada de um ponto de vista exclusivamente linguístico, afirmar a necessidade de um contacto definido por um canal único, de um código visto como um sistema de equivalências inequívoco, de um destinador e de um receptor separados por uma mensagem e de um contexto que, sob uma ca-

pa inofensiva, engloba quer a situação que preside à interacção quer o co-texto quer o referente parece-nos muito linear.

Os vários factores concorrentes para a transmissão de uma mensagem em qualquer interacção comunicativa realçam, hoje, sem sombra de dúvida, a importância dos sistemas paralinguísticos (transportamos, ainda connosco os vestígios de uma protolinguagem que prescindem das palavras mas comunica), quinestésicos (temos um corpo que se agita em sintonia ou ruptura com o que dizemos, fruto do que culturalmente somos), ou tão só visíveis (não somos mais só nós que falamos, mas nós e todos os objectos comunicativos que fazem de cada um de nós um sujeito específico que fala, e que vão desde as distâncias que mantemos aos adonos que usamos). A atenção que a investigação tem prestado ao canal visual, nomeadamente no caso de interacções patológicas ou terapêuticas, (vejam-se os trabalhos da Escola de Palo Alto), contribuiu para que mesmo numa abordagem linguística dos fenómenos da comunicação, para além do sistema prosódico, todos os outros sistemas já referidos fossem tomados em linha de conta.

Poderemos continuar a falar de uma mensagem estranha ao sujeito que a enuncia? Sere-mos nós emissores-receptáculos dessa mesma mensagem ou faremos parte dela a tal ponto que noutra corpo ela será já outra? Bastar-nos-á para afirmar a possibilidade de recepção dessa mensagem que as condições do canal exterior aos sujeitos sejam as mínimas?

As mensagens verbais que o homem estrutura não são nem podem ser autónomas relativamente aos outros tipos de mensagens onde todas as interacções verbais estão mergulhadas.

Entidades específicas na comunicação humana, com aparelhos emissores e receptores tão diversificados e tão específicos, não serão os homens canais da suas próprias mensagens? Poderão o cansaço, a dor física ou psicológica ou mesmo a Primavera ser ou não ruído? Será possível retirar este factor ruído de um esquema da comunicação humana? Poderemos continuar a chamar canais apenas ao ar e à luz?

Como poderemos, então, definir o conceito de mensagem? Se sobre a mensagem Jakobson faz recair a função que designa por poética qual é a relação que este mantém com o valor de «informação transmitida»? De que dado palpável estaremos a falar se dificilmente a podemos medir e tão só a conseguimos analisar na sua materialidade? E de que lado iremos fazer recair os processos para o seu controlo, do lado do emissor que a codificou ou do do receptor que apenas a descodificou? Serão os mecanismos de *feed-back*, na linguagem humana, tão infalíveis quanto precisamos de acreditar?

Apesar de todas estas dúvidas, sempre que nos confrontamos com a necessidade de analisar o fenómeno comunicativo sob um qualquer prisma, deparamos inevitavelmente com o esquema de comunicação de Roman Jakobson. Controverso, criticado e revisitado ele continua a figurar na maioria das obras de divulgação sobre este assunto sem que os seus pressupostos e a sua estrutura sejam postos em causa. A sua aparente economia e simplicidade parecem bastar para que seja frequentemente apresentado e mesmo defendido sem que uma referência seja sequer feita à data e razões do seu aparecimento.

Catherine Kerbrat-Orecchionni (1980, 19)⁽²⁾ apresenta um esquema da comunicação linguística destinado a substituir o esquema de Jakobson.

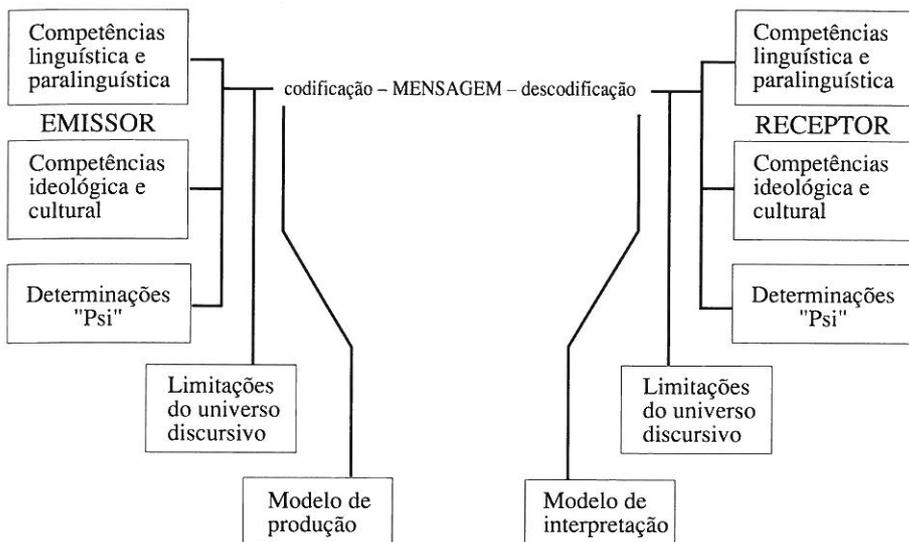


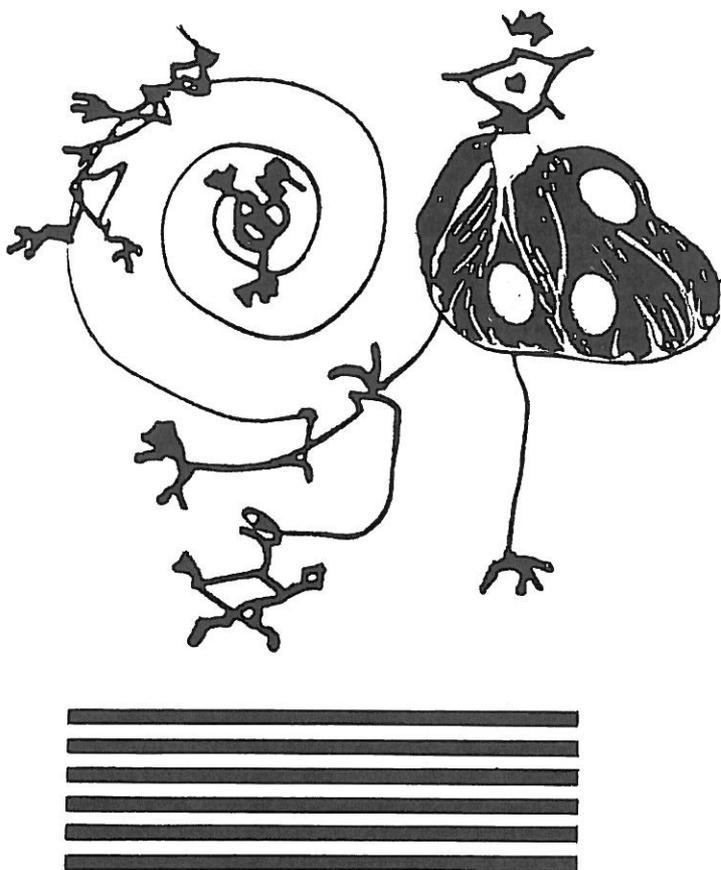
Figura 2. Esquema de comunicação linguística de Catherine Kerbrat-Orecchioni (1980, 19)

Neste esquema, como podemos ver, as designações de emissor e receptor mantêm-se mas é já visível que os seus estatutos são diferentes, cada um possuindo as suas próprias competências e limitações. Estas englobam certamente a situação dos comunicantes que o desaparecimento do contexto obriga a apresentar de uma forma específica para o emissor e para o receptor. O referente aparece, agora, presente no esquema mas desligado de qualquer um dos outros elementos. O canal e a mensagem mantêm-se com alguma ambiguidade mas estão intimamente ligados aos processos de codificação e descodificação praticados pelos sujeitos. Não conseguimos ver graficamente nem o diálogo, nem a interação permanente entre os processos de codificação e descodificação num mesmo sujeito já que a mensagem é tida, i. e. representada graficamente neste esquema, como usando um só canal, apesar de a autora referir que a comunicação é multi-canal (audição, visão), integrando assim a mímica e a gestualidade. Ambos os canais que refere indicam, no entanto, estar a colocar-se apenas do lado da percepção. Não poderíamos instituir o som também como um canal? Deveremos associar a noção de canal apenas à recepção? Não serão as boas condições, que optimizam a transmissão da mensagem e facilitam o contacto, tão dependentes da produção quanto da recepção? Não é a redundância, afinal o processo de contrabalançar os ruídos e obstar à imprevisibilidade, um processo típico da produção?

A referência oportuna que Kerbrat-Orecchioni faz a dois modelos, um de produção, outro de interpretação, remete-nos para o início deste artigo onde dissemos que a comunicação humana implicava, antes de tudo o resto, produzir, materializar, exteriorizar. Ora não é possível «pôr em comum» sem antes codificar.

Parece-nos que neste esquema a realidade da comunicação humana não aparece tão simplificada como no esquema da comunicação de Roman Jakobson. A imbricação da noção de mensagem com as competências comunicativas dos sujeitos apresenta as próprias capacidades para a codificação e decodificação como imprescindíveis à mensagem e apesar da sua representação gráfica diminuta elas jogam um importantíssimo papel, retirando ao esquema a característica da simetria, tão falaciosa em esquemas anteriores.

Não podemos deixar de notar o avanço que implica a referência explícita às competências paralinguísticas e a importância do facto de aparecerem profundamente relacionadas com as linguísticas. As «outras» a que Kerbrat-Orecchioni se refere sob o nome de competências ideológica e cultural e determinações «psi» ganham uma outra dimensão, alertam para a particularidade de certas interações específicas e tornam-se, assim, parte dos mecanismos implicados na comunicação linguística.



Queremos referir em jeito de conclusão que este esquema apesar de responder à maioria das críticas feitas aos esquemas anteriores mantém as designações de emissor e receptor que as teorias interaccionistas em comunicação humana cada vez mais fazem parecer obsoletas. Wiener (1961) defendia a não existência em si-mesmos de fenómenos naturais, explicitando que o real é inteiramente constituído pelas relações que os fenómenos mantêm entre si podendo então afirmar que a própria actividade de comunicação é constitutiva do real. Ao instituir a «impossibilidade de não comunicar» como um dos seus axiomas principais a Escola de Palo Alto dava um passo em frente na Teoria da Comunicação e transformava todo e qualquer comportamento humano em comunicação. O ser humano enquanto ser eminentemente comunicador não poderá então ser estudado fora dessa realidade. A abordagem interaccionista privilegia a influência que exercem os indivíduos uns sobre os outros numa situação de comunicação e abandona definitivamente a ideia de um receptor passivo (veja-se MARC e PICARD, 1983).

Esta teoria interaccionista em comunicação deve muito à teoria dos sistemas, inspirada na cibernética e que privilegia o princípio da totalidade e o da causalidade circular. O primeiro, o da totalidade torna-se vital neste contexto já que implica que um sistema não é a adição dos seus elementos mas possui características próprias diferentes daquelas que os elementos apresentam quando tidos isoladamente. O segundo defende que o comportamento de cada elemento deve ser visto num jogo complexo de acções e retroacções. O conceito de **interlocutor** torna-se, assim, num conceito primordial em comunicação e dele derivam as noções de **locutor** e **alocutário**, elementos de um processo contratual onde a interacção não pára. Só assim se justifica a atitude intencional de exteriorizar e materializar o pensamento.

Repensar o esquema da comunicação obriga, pois, a repensar obrigatoriamente a importância dada a cada um dos elementos que o compõem. Desmistificada a problemática da necessidade de cada um desses elementos ser comum aos dois intervenientes na interacção comunicativa, resta-nos fazer recair o olhar sobre as características desses mesmos intervenientes, envolvidos num processo onde tão importante como chamar a atenção do outro é a informação que é necessário dominar para o conseguir, enquanto actor de uma mensagem, interessado nomeadamente em ler o grau de envolvimento e compreensão que o interlocutor é capaz de realizar.

Preocupar-se com os intervenientes no processo comunicativo numa perspectiva interaccionista implica concerteza redefinir (e não abolir) a noção de contexto. A nova noção de contexto (a que gostaríamos de voltar num outro artigo) será eventualmente mais do que tudo aquilo que permite que a mensagem signifique. Ele apresentar-se-á, facilmente, como o eixo central da comunicação. Dele pode depender o sucesso na compreensão das mensagens já que aí poderemos incluir todas os conhecimentos que o organismo possui para fazer uso das mensagens de uma forma eficaz.

Interlocutores de um processo comunicativo específico, os homens partilham as suas representações internas numa permanente expectativa das respostas que provocam as suas atitudes significativas e das que eles querem provocar. Organismos expressivos e sensíveis, os homens corporalizam intenções e conceitos, preenchendo voluntariamente hiatos silenciosos

(outra forma de comunicar) juntando através de um fio de muitas pontas passado e futuro, e constituindo-se enquanto contexto dos seus próprios actos comunicativos.

Notas

1. Jakobson usa para esta função a designação *conative* ou *injonctive*, expressão que, derivada directamente do latim, tinha a vantagem de incluir no seu radical o sema «acção com», o que deixava transparecer melhor a ideia de interacção.

2. Apenas analisaremos no âmbito deste artigo, o esquema alternativo de Kerbrat-Orechioni (1980), mas não resistimos a salientar, de entre os publicados até ao momento, o de T. Sebeok publicado no livro *A Sign is just a sign* (1991), ao qual esperamos, um dia, poder dedicar algumas linhas.

Bibliografia

- BAKTHINE, M. (1929) — *Markisim i filosofija jazyka* (sob o nome de V. N. Volochinov), Leninegrado (tr. fr. *Le Marxisme et la philosophie du langage*, 1977), Paris, Ed. de Minuit.
- BÜHLER, K. (1934) — *Sprachtheorie*, Jena, Gustav Fischer (tr. esp. *Teoría del lenguaje*, Madrid, Alianza Editorial, 1974).
- FRANÇOIS, F. (1968) — «Le langage et ses fonctions» in *Le Langage* (sous la direction d'André Martinet), Paris, Gallimard.
- GHIGLIONE, R. et al. (1985) — *L'Homme communicant*, Paris, Armand Colin.
- GUIRAUD, P. (1963) — «La mécanique de l'analyse quantitative en linguistique» in *Etudes de Linguistique Appliquée 2*, Paris, Didier.
- HALL, E. T. (1959) — *The silent language*, Nova Iorque, Doubleday, (tr. fr. *Le langage silencieux*, Paris, Ed. du Seuil, 1984).
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. (1985) — *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*, Oxford, Oxford University Press.
- JAKOBSON, R. (1963) — *Essais de linguistique générale*, Paris, Ed. de Minuit.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980) — *L'Énonciation. De la subjectivité dans le langage*, Paris, Armand Colin.
- MALINOWSKY, B. (1923) — «The problem of meaning in primitive languages», Suplemento 1 in C. K. OGDEN e I. A. RICHARDS (Eds), *The meaning of meaning*, International Library of Philosophy, *Psychology and Scientific Method*, Londres, Kegan Paul.
- MARC, E. e PICARD, D. (1983) — *L'interaction sociale*, Paris, Retz.
- MOUNIN, G. (1975) — *Linguistique et Philosophie*, Paris, P. U.F.
- MOREAU, R. (1963) — «Sur la distribution des formes verbales dans le français écrit» in *Etudes de Linguistique appliquée*, Paris, Didier.
- POTTIER, B. (1964) — «Vers une sémantique moderne» in *Etudes de Linguistique et de Semiologie*, Genebra, Droz.
- SHANNON, C. E. e WEAVER, W. (1949) — *The mathematical theory of communication*, Urbana, The University of Illinois Press.
- YVGOTSKY, L. S. (1962) — *Thought and language*, Cambridge, Mass., M. I. T. Press.
- WIENER, N. et al. (1961) — «Comportement, intention et téléologie» in *Les Études Philosophiques 2*.